

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : 011-551 7700 Fax : 011-551 7844
website : www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO
Décima-Quarta Sessão Ordinária
26 – 30 de Janeiro de 2009
Adis Abeba, Etiópia

EX.CL/460 (XIV) a

RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO DOS REFUGIADOS,
RETORNADOS E PESSOAS INTERNAMENTE
DESLOCADAS EM ÁFRICA PARA A 14ª SESSÃO
ORDINÁRIA DO CONSELHO EXECUTIVO: JANEIRO
DE 2009

**RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO DOS REFUGIADOS, RETORNADOS
E PESSOAS INTERNAMENTE DESLOCADAS EM ÁFRICA PARA A 14ª
SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO EXECUTIVO: JANEIRO DE 2009**

I. INTRODUÇÃO

1. Esta parte descreve um panorama sobre a situação actual da deslocação forçada da população no continente africano desde o último relatório do Conselho em Julho de 2008. A mesma apresenta uma análise tendenciosa sobre a situação geral dos refugiados, retornados e pessoas internamente deslocadas (IDPs) no Continente, e detalhes de cada região, os últimos desenvolvimentos em termos de movimentação da migração forçada, bem como as medidas tomadas pela Comissão da União Africana (UA) na implementação de várias decisões e instrumentos da UA, os desafios e a via seguir.

2. É de recordar que a Decisão EX.CL/Dec. 423(XIII) de Sharm el Sheik, Egipto solicitava à “ Comissão, em consulta com os Estados-Membros para actualizar os dados estatísticos e apresentar ao Conselho Executivo os últimos dados numéricos sobre a deslocação forçada no Relatório sobre a Situação dos Refugiados, Retornados e as IDPs em África.” Em conformidade, a Comissão notificou a todos os Estados-Membros evocando a Decisão e exortando-os a fornecer as estatísticas relevantes, contudo, as respostas eram mínimas e a Comissão teve que invocar a maior parte dos dados fornecidos pelos gabinetes locais e regionais da UA, o Centro de Gestão de Conflitos, as Agências da ONU, especialmente o ACNUR.

**II. REVISÃO DA SITUAÇÃO GERAL DOS REFUGIADOS, RETORNADOS
E PESSOAS INTERNAMENTE DESLOCADAS EM ÁFRICA**

3. Desde o último relatório ao Conselho, a situação geral dos refugiados, retornados e IDPs em África continuou a melhorar em algumas áreas, enquanto outras deterioraram devido a conflitos renovados ou intensificados, calamidades naturais, crises alimentares e financeiras mundiais, alterações climáticas e pobreza.

4. As partes central e oriental do Continente continuam a ser áreas afectadas por graves problemas tais como as guerras em alguns países destas regiões que continuam a aumentar, levando milhares dos seus cidadãos a fugir para os países vizinhos. A situação humanitária e de segurança deterioradas não afectou somente os seus cidadãos mas também as organizações humanitárias que trabalham no terreno. Durante a 59ª Sessão do Comité Executivo do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) em Outubro de 2008, as ONGs que trabalham na área da assistência humanitária emitiram uma declaração censurando a perda do espaço

humanitário, o respeito e o reconhecimento requeridos pelas organizações humanitárias para assistirem as populações necessitadas.

5. As recentes crises alimentar e financeira mundiais afectaram igualmente a distribuição de ajuda a algumas populações vulneráveis. De acordo com o Programa Alimentar Mundial (PAM), os preços elevados dos alimentos levam mais de 130 milhões de pessoas no mundo a submergir na fome e na pobreza extrema. África é um dos continentes mais afectados por estas crises, e com o maior número de vítimas de deslocação forçada no mundo – com cerca de 3 milhões de refugiados e mais de 15 milhões de pessoas internamente deslocadas, a situação é deveras grave. A resistência dos Doadores e a luta dos países desenvolvidos para gerir as suas próprias crises económicas conduziram à diminuição de fundos para as organizações humanitárias que trabalham no Continente. Há cada vez mais Estados-Membros da UA que acolhem refugiados e muitos assumem este fardo com provisões para estes refugiados e requerentes de asilo nos seus países tais como as organizações humanitárias que carecem de financiamento necessário para implementar os seus programas e satisfazer as condições para as populações deslocadas.

III. ANÁLISE REGIONAL

A. REGIÃO DO NORTE

6. Na região do Norte, a situação da deslocação forçada continua a ser constante com desafios primários focalizando sobre o número de casos antigos de refugiados em alguns países. Durante o período em questão, a Jamahiria Árabe Líbia continuou também a cuidar das cerca de 10,000 pessoas do Médio Oriente e da África.

7. No campo de refugiados de Tindouf no norte da **Argélia**, o governo Argelino, o ACNUR e outras organizações parceiras continuam em busca de soluções duradouras para 165,000 refugiados Saharawis que sofreram um dos casos de refugiados mais prolongados no mundo. O ACNUR tem implementado o Programa de Medidas Geradoras de Confiança (CBMs) durante o ano civil de 2008, o que tem por objectivo conseguir uma ligação entre os Sahrawis que vivem em Tindouf e os seus familiares na República Árabe Saharawi Democrática através de visitas organizadas, estabelecimento de centros telefónicos e seminários.

8. No **Egipto**, as estatísticas governamentais oficiais demonstram que cerca de 42,844 refugiados registados e os requerentes de asilo continuam a procurar refúgio nas áreas urbanas do Cairo e Alexandria. O maior grupo é constituído por Sudanese com cerca de 23,342, e outros fugindo do Iraque, da Somália, da Eritreia, da Etiópia e de outros países. Entre Janeiro e Agosto de 2008, o Governo do Egipto e o ACNUR prestaram assistência à repatriação voluntária de

793 refugiados Sudaneses no Sul do Sudão. Entretanto, o Egito continua a defender seriamente a favor de uma melhor orientação e coordenação de políticas para apresentar soluções duradouras a fim de solucionar a situação dos refugiados particularmente essa dos refugiados de situações prolongadas.

B. REGIÃO OCIDENTAL

9. Na região ocidental, a situação geral da deslocação forçada da população continuou a melhorar com a paz e a estabilidade dos países na região. Os exercícios de repatriação voluntária para a Libéria e a Sierra Leone terminaram em 2007, e o ACNUR está a efectuar actualmente exercícios de verificação de repatriação pós-voluntária. Ainda há centenas de milhares de refugiados em redor da região que optaram por não regressar a casa, e nesses casos, os países de origem e de asilo em colaboração com o ACNUR facilitaram a sua integração dentro dos países acolhedores.

10. A repatriação Voluntária dos refugiados da **Libéria** continuou de acordo com as fontes do Governo. Segundo informações, cerca de 7,976 refugiados Liberianos do Gana regressaram às suas áreas de origem, tal como em Setembro de 2008. Enquanto os cerca de 3,500 refugiados da Sierra Leone que optaram por ficar na Libéria após o fim da repatriação voluntária em 2007, estão a ser reintegrados localmente.

11. Em Junho de 2008, o ACNUR anunciou a sua decisão de invocar a Cláusula do Termo de Circunstâncias na **Sierra Leone**, recomendando que a situação e o estatuto dos refugiados para os Sierra Leonenses que fugiram do país durante a década da longa guerra civil que iniciou em 1991, já que as causas da raiz dos problemas dos refugiados deixaram de existir. A cessação entrará em vigor a 31 de Dezembro de 2008, após as consultas com os governos dos principais países de asilo e da Sierra Leone.

12. Em **Côte d'Ivoire**, apesar da melhoria da situação de segurança no país, milhares de refugiados e IDPs não regressaram a casa. Os refugiados ivorences continuam em busca de refúgio nos países vizinhos tal como na Guiné, que acolhe cerca de 4,416 refugiados e o número das IDPs é ainda avaliado em cerca de 709,000 como em Setembro de 2008. A Côte d'Ivoire acolhe ao mesmo tempo cerca de 24,800 refugiados.

13. No que respeita a situação no **Togo**, as chuvas torrenciais em finais de Julho de 2008 levaram a uma significativa perda de vidas humanas, deslocações massivas da população nas áreas afectadas, e a destruição de colheitas e infra-estruturas, incluindo os sistemas de comunicação e as onze pontes bloqueando o acesso a algumas das vítimas. Em resposta à crise, a Comissão da União Africana fez uma contribuição financeira de EU\$100,000 ao Governo do Togo para fazer face às necessidades das comunidades afectadas.

C. REGIÃO CENTRAL

14. As crises contínuas e a nova onda de violência na Região Central resultou em milhares de deslocações massivas, especialmente no Chade, na República Democrática do Congo e na República da África Central. Os refugiados fugiram para os países vizinhos e fora da região. A situação prevalecente teve um impacto negativo sobre o retorno dos refugiados e das pessoas internamente deslocadas. As organizações Internacionais estão atentas aos riscos de um genocídio na grande região dos Grandes Lagos bem como as catástrofes humanas se não se encontrarem soluções imediatas nos mais altos níveis diplomáticos considerando que as deslocações continuaram inevitáveis durante todo o ano de 2008.

15. No caso dos progressos feitos no **Burundi** para alcançar a paz, os acordos têm sido respeitados. Entre Julho e Agosto de 2008, mais de 27,000 refugiados regressaram portanto, somando os números de retornados na sua maioria da RDC, do Ruanda e da Tanzânia desde 2002, para 448,326. Entretanto, o país acolhe cerca de 30,000 refugiados, dos quais a maioria é da RDC.

16. Na **República da África Central** (RCA), a insegurança que persiste na parte noroeste do país continua a ser um desafio para os trabalhadores humanitários na área bem como um motivo de fuga dos refugiados do seu país natal para os países vizinhos. Há cerca de 200,000 IDPs na RCA, enquanto que ao mesmo tempo, o país acolhe cerca de 7,200 refugiados do Sudão e de outras nacionalidades. O Subcomité do CRP da UA sobre os Refugiados, Retornados e Pessoas Internamente Deslocadas visitou as áreas que acolhem estes refugiados e as IDPs em Dezembro de 2008.

17. Entretanto, nos **Camarões**, os refugiados que fugiram dos seus lares no Chade durante os distúrbios em Fevereiro de 2008, continuaram a regressar as suas casas. Contudo, de acordo com o ACNUR, o país continua a acolher cerca de 78,000 refugiados dos quais a maioria é da República da África Central, bem como da RDC, da República do Congo, e do Ruanda.

18. A situação de segurança no **Chade** mantém-se fluida. Há 12 acampamentos na parte leste do país que acolhem cerca de 285,000 refugiados do Darfur, região do Sudão e cerca de 50,000 refugiados são da República da África Central que se encontram em cinco acampamentos, na região austral e 5,000 refugiados de diferentes nacionalidades vivendo em N'djamena. O maior problema no campo dos refugiados é a insegurança causada por vários ataques transfronteiriços. A situação gerou também cerca de 180,000 IDPs que vivem nos acampamentos na parte leste do país. Os Refugiados e as IDPs viviam no terror devido a violações graves dos direitos humanos em particular contra as mulheres e crianças. Outra questão séria é o recrutamento das crianças

soldados nos campos dos refugiados e das pessoas deslocadas internamente, que põe em risco a neutralidade e o carácter civil do estabelecimento dos deslocados. Os trabalhadores de ajuda humanitária ainda não escaparam da mesma já que só em 2008, mais de 120 deles foram atacados, incluindo os assaltos aos veículos, roubo à mão armada e assassinatos de acordo com as fontes do UNOCHA. Com vista a assegurar a segurança nos acampamentos, a Missão da ONU para a República Centro Africana e o Chade, em cooperação com a Comissão da União Europeia, destacou cerca de 3,700 soldados das Forças de manutenção de paz no Chade. Em Novembro de 2008, o Secretário-Geral da ONU Ban Ki-moon apelou para uma duplicação de tropas internacionais a serem destacadas no leste do Chade devido à situação de deterioração. Em Outubro de 2008, a Comissão da UA realizou uma missão ao Chade para encontrar meios para restaurar a paz e a estabilidade no país.

19. Durante o período decorrente a Comissão estava bastante preocupada com a deterioração da situação humanitária e de segurança na **República Democrática do Congo** particularmente na parte leste do país, no norte do Kivu, desde o recomeço das hostilidades entre as Forças Armadas da República Democrática do Congo (RDC) e o Congresso Nacional da Defesa do Povo. Como parte dos esforços feitos pela Comissão para encontrar uma solução duradoura para a crise na região, o Presidente da Comissão, efectuou uma visita em Outubro de 2008, onde se encontrou com o Presidente Joseph Kabila e outros parceiros. Além disso, ele prosseguiu as consultas com outros países da Região e actores internacionais competentes, com vista a facilitar a resolução da crise no Leste da RDC, bem como a promoção da paz, segurança e estabilidade na Região dos Grandes Lagos. Como medida de acompanhamento destes esforços, em Novembro de 2008, o Presidente enviou um emissário à região com vista a encontrar meios de promoção de uma abordagem global para a crise actual, apostar nos mecanismos e instrumentos existentes, e obter maior apoio da comunidade internacional. Os Dirigentes da Região dos Grandes Lagos também se reuniram em Novembro de 2008, em Nairobi, no Quênia para encontrar a melhor solução política e humanitária para a crise na RDC.

20. Além da visita do Presidente, o Subcomité do CRP sobre os Refugiados efectuou também uma missão humanitária de avaliação à RDC em Dezembro de 2008, e fez recomendações sobre a forma como a UA poderia assistir nos esforços de aliviar o dilema da população afectada no país.

21. A crise de deslocação no Norte do Kivu atingiu o topo entre Outubro e Novembro de 2008, em que milhares de nacionais fugiram e mais de 250,000 tornaram-se deslocados internamente dentro de um curto período de tempo, portanto, elevando o número no Norte do Kivu para mais de um milhão de IDPs. Os acampamentos das IDP foram violentamente esvaziados, pilhados e queimados. As mulheres e crianças em que 60 por cento são crianças segundo informações da UNICEF são as que mais sofreram; desde os abusos dos direitos humanos, assim como as crianças foram separadas das suas famílias.

Nesta situação foi difícil proteger as IDPs. Para piorar as coisas, várias organizações humanitárias abandonaram a região, deixando milhares de IDPs sem assistência em termos de alimentos, água e saneamento nos acampamentos. Mas, ao mesmo tempo as IDPs em tais condições correram riscos e regressaram às suas aldeias registando as condições deploráveis nos acampamentos. Tem circulado constantemente nos médias que 17, 000 forças da manutenção de paz da ONU estão a controlar a situação de segurança. Este novo cenário afectou o regresso de milhares de refugiados principalmente da Tanzânia, Zâmbia, Ruanda, Uganda, Burundi e República do Congo e da República Centroafricana. Ao mesmo tempo, o país deve acolher mais de 150,000 refugiados principalmente dos países fronteiriços apesar do conflito.

D. REGIÃO ORIENTAL

22. De acordo com os vários protocolos e acordos de paz, a região Oriental fez esforços consideráveis para criar condições favoráveis para o regresso das vítimas de deslocações forçadas ainda que algumas crises incluindo as calamidades minaram o regresso de alguns refugiados e de pessoas deslocadas internamente. A Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos para o Protocolo sobre a Protecção e a Assistência às Pessoas Deslocadas Internamente que foi adoptado em Outubro de 2008, pelos países da Região dos Grandes Lagos terá um longo percurso na questão da prevenção e eliminação das causas de deslocação. Além disso, um acordo de cooperação assinado entre o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) ajudará entre outras actividades, na protecção de civis afectados por conflitos armados e outras formas de violência, incluindo os refugiados e pessoas deslocadas internamente, reconstrução pós-conflito bem como a promoção do Direito Internacional Humanitário (DIH).

23. A **Etiópia** continuou a acolher refugiados mas o número diminuiu em cerca de 83,000 em Julho de 2008, para 80,479 em Setembro de 2008, de acordo com a Administração do Governo para os Assuntos dos Refugiados e Retornados (ARRA). A redução em número é devido ao regresso contínuo dos Sudaneses do Sul, dos Eritreus e Quenianos.

24. Desde o último relatório, o número de refugiados e requerentes de asilo aumentou no **Djibouti** de cerca de 30,000 para 50,000. Isto deve-se principalmente à crise contínua na Somália.

25. No que respeita ao **Quénia**, o país continua a receber várias centenas de Somalis para além dos casos mais antigos. O ACNUR informou que só em 2008, registaram-se mais de 45, 000 novos casos de requerentes de asilo Somalis no campo de refugiados de Dadaab. Em média, cerca de 5,000 refugiados chegaram numa base mensal. O campo de refugiados de Dadaab, um dos mais antigos e maiores do mundo, e mais congestionados tem cerca de

215,000 refugiados com um aumento de cerca de 25 por cento em 2008. Os principais problemas para os refugiados são o refúgio, a alimentação e o saneamento. O acampamento ultrapassa a sua capacidade de alojamento pois aloja duas vezes mais a população prevista. O país acolhe cerca de 300,000 refugiados, mais do que tinha sido registado em Julho de 2008. Além disso, o país está a tentar lidar com as restantes IDPs na sequência das eleições Presidenciais de Dezembro de 2007.

26. Desde 1994, o Governo do **Ruanda** alcançou a recuperação e o desenvolvimento estável através da criação de um ambiente socio-económico seguro, estável e favorável no país que ajudou a repatriação de cerca de 99 por cento de refugiados a regressar a casa como parte do desenvolvimento socio-económico tal como registado em Outubro de 2008, em Genebra pelo Governo do Ruanda durante a 59ª Sessão do Comité Executivo do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. O país acolhe aproximadamente 55,000 refugiados que são principalmente da Região dos Grandes Lagos.

27. A União Africana preocupa-se com a situação na **Somália** que continua a sofrer uma das piores crises humanitárias no mundo com cerca de 3.2 milhões de pessoas necessitando de assistência. A crise é sobretudo em consequência da seca, dos elevados preços dos alimentos e da instabilidade contínua no país, que contribui para a deslocação massiva da população. As áreas mais afectadas são a parte central e austral da Somália. O número das vítimas da deslocação forçada muda numa base regular, contudo, as agências da ONU informaram que mais de um milhão de pessoas são deslocadas internamente enquanto cerca de 700,000 fugiram de Mogadishu há dois anos atrás e em 2008, quase 200,000 encontraram refúgio nos países vizinhos, sobretudo no Quênia, Etiópia, Djibouti e até em Yemen. Devido à situação de segurança, as organizações humanitárias tiveram dificuldade de acesso a muitas áreas para prestar assistência e protecção à população afectada.

28. A situação do país é um desafio maior para a comunidade internacional e requer um esforço conjunto para todos os parceiros. Deve-se tomar uma acção decisiva para proteger e dar assistência às populações afectadas na Somália, tendo em conta que os que mais sofrem são as mulheres e as crianças.

29. No que respeita o **Sudão**, após a assinatura do Acordo Global e Paz (CPA) entre o Forças Amadas de Libertação/Movimento do Sudão e o Governo da Unidade Nacional, em Setembro de 2005, quase 300,000 sudaneses do sul regressaram a casa e no ano passado houve um aumento devido ao recenseamento de Abril e a confiança no APG, o ritmo manteve-se durante a última parte do ano passado. Ao mesmo tempo, o ACNUR lançou um apelo para doações pois a agência teria referido sobre as restrições nas suas operações de repatriação e reintegração para os Sudaneses do Sul que regressam ao país natal.

30. Uma Força híbrida de Manutenção de Paz da União Africana/ONU (UNAMID) que foi criada em Janeiro de 2008 para aliviar o dilema das IDPs entre outras actividades, continuou a trabalhar mesmo em situações difíceis devido à situação de segurança volátil na região do Darfur no Sudão. Contudo, o anúncio do Governo para um cessar-fogo na região trouxe esperança tal como o Presidente Omar el-Bashir anunciou, um “cessar-fogo imediato e incondicional” em Novembro e apelou para uma campanha imediata para desarmar as milícias acusadas de cometer algumas das piores atrocidades durante o conflito. Consequentemente, como a situação de segurança melhora, mais de 200,000 refugiados no Chade e quase 2 milhões de pessoas afectadas no Darfur regressarão a casa ou aos locais de residência habitual.

31. A **Tanzânia** foi ovacionada pelo Alto Comissário da ONU para os Refugiados na reunião do EX-COM do ACNUR em Outubro de 2008 por ter oferecido uma perspectiva de naturalização aos refugiados Burundeses em 1972. O Representante do Governo da EX-COM informou que o país conseguiu naturalizar 79 por cento dos 218,234 nacionais Burundeses dos quais a maioria constitui o número de casos de 1972, enquanto que ao mesmo tempo facilita o regresso voluntário dos 21 por cento restantes do Burundi. A Naturalização é uma das soluções duradoiras para o problema dos refugiados. Na altura da ocorrência, o ACNUR fez uma estimativa de 138, 671 refugiados que vivem em quatro acampamentos na parte noroeste do país enquanto 200,040 refugiados Burundeses e 1,506 refugiados Somalis vivem nas localidades. Entretanto, os refugiados Burundeses continuaram a regressar a casa espontaneamente.

32. Em Outubro de 2008, o Subcomité do CRP sobre os Refugiados, realizou uma missão ao terreno no **Uganda** para avaliar a condição humanitária dos refugiados e as IDPs no nordeste do Uganda. Durante a missão, a delegação da UA reuniu-se com os responsáveis do Governo, os parceiros da UA e outras organizações humanitárias trabalhando no terreno, e trocou opiniões sobre a situação humanitária, e a necessidade dos refugiados e IDPs no país.

33. De acordo com os responsáveis do Governo, o Uganda acolhe cerca de 200,000 refugiados na sua maioria do Sudão, da República Democrática do Congo (RDC), Ruanda, Burundi, Etiópia, Eritreia, Somália e recentemente os refugiados que fugiram do Quênia durante a violação das eleições em Dezembro de 2007. Com a assistência dos parceiros de implementação tais como o ACNUR, o Governo conseguiu repatriar cerca de metade da população Sudanesa para o sul do Sudão, e está prestes a assinar um acordo tripartida com o Governo da RDC e o ACNUR para encontrar uma solução duradoira para os Refugiados congolezes no país, o que incluirá a repatriação aos seus locais de origem. Contudo, a violência recente na RDC pode atrasar este processo se houver mais refugiados a chegarem ao Uganda.

34. Com a tradição de acolher refugiados desde 1950, o país tem assistido igualmente à deslocação interna de cerca de 2 milhões dos seus próprios cidadãos, 1.8 milhão como resultado de 20 anos de conflito na parte nordeste do Uganda e cerca de 200,000 na parte nordeste do país como resultado do conflito actual na região de Karamoja. No norte, contudo, devido ao acordo de cessar-fogo entre o Governo do Uganda e o Exército da 'Lord's Resistance' (LRA) em 2006, mais de 1.6 milhões dos anteriores 2 milhões de IDPs do país, regressaram as suas casas, mesmo com infra-estruturas e instalações inadequadas. Após ter visitado estas áreas de deslocação e de retorno, o Subcomité do CRP sobre os Refugiados fez recomendações para ajudar a satisfazer as necessidades básicas das pessoas deslocadas e dos retornados.

E. REGIÃO AUSTRAL

35. A Região Austral continuou a acolher cerca de 160,000 refugiados que fugiram da República Democrática do Congo, do Burundi, Ruanda e da Somália. Contudo na região, o número de refugiados, principalmente da região continuou a diminuir, visto que foram repatriados voluntariamente para os seus países de origem. No entanto, o problema de fluxos migratórios mistos permanecem uma fonte de preocupação para muitos países da região, e para essas organizações autorizadas a dar protecção e assistência às vítimas de deslocação forçada, pois normalmente é difícil separá-las de outros grupos de migrantes.

36. **Moçambique** acolhe até 7,207 refugiados, de acordo com o Instituto Nacional do Governo para Apoio aos Refugiados. A maioria dos refugiados no país é da RDC (3,523), Burundi (820), e Ruanda (400), incluindo o número reduzido de outros países. Muitos dos refugiados têm sido acolhidos no campo de refugiados em Maratane, enquanto outros estabeleceram-se nas províncias limítrofes. Em 2008, cerca de 325 Congolese e 30 Burundese foram repatriados aos seus países de origem.

37. Ao longo dos anos, a **Namíbia** acolheu mais de 20,000 refugiados e requerentes de asilo, muitos dos quais foram repatriados voluntariamente para os seus países de origem. Segundo os dados indicativos do Governo, a Namíbia actualmente acolhe cerca de 7,000 refugiados e requerentes de asilo de 13 países em África, dos quais a maioria são Angolanos. Outras nacionalidades à busca de refúgio no país incluem os Congolese da RDC e os Ruandese. Os refugiados são acolhidos no campo de refugiados de Osire onde têm acesso aos serviços agrícola, de educação e saúde. A comunidade deslocada ainda depende das rações alimentares do PAM, mas o Governo trabalha para introduzir mais opções autónomas tais como o sua iniciativa do Programa Verde para reduzir esta dependência. A Namíbia incorporou disposições na sua Constituição para acordar o estatuto de asilo a "pessoas que receiam a perseguição deliberada no terreno por crenças políticas, raça, religião ou filiação

de um grupo social particular,” que em 1999 passaram ao Acto dos Refugiados (Reconhecimento e Controlo) .

38. O representante do Governo da **África do Sul** na reunião do Ex-Com do ACNUR em Outubro de 2008 informou que a situação melhorou desde os ataques xenófobos contra os estrangeiros e alguns nacionais no país. Ele declarou que o Governo e as ONGs locais estavam empenhados na campanha para sensibilizar os seus cidadãos e erradicar a xenofobia e outras intolerâncias relacionadas, particularmente relativamente a pessoas que foram forçadas a fugir das suas casas e buscaram refúgio na África do Sul. Segundo consta o Governo agiu com urgência para melhorar o seu sistema de asilo e os processos para aumentar a sua capacidade a fim de gerir as aplicações de pedido de asilo e o processo para desenvolver um melhor regime e sistema para os refugiados. De acordo com o ACNUR, a África do Sul continua a acolher cerca de 156,570 refugiados e requerentes de asilo do Burundi, da RDC, Somália e de várias outras nacionalidades.

39. Durante a 59th Sessão do Comité Executivo da ACNUR, o Governo Oficial do **Zimbabué** declarou que o país acolhe actualmente mais de 5,084 refugiados e requerentes de asilo sendo a maioria da Região dos Grandes Lagos. Mais de 60 por cento desses casos referidos estabeleceram-se no Campo de Refugiados de Tongogara, no Distrito de Chipinge, enquanto que os restantes continuam nas áreas urbanas, sobretudo em Harare. Ele anunciou que o Governo e o ACNUR estão a realizar actualmente um exercício de verificação para reavaliar o número de refugiados no país.

40. De acordo com a delegação Regional da UA para a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), no **Malawi**, mais de 8,000 refugiados do Burundi, da RDC, da Etiópia, Somália e do Ruanda foram acolhidos inicialmente no Campo de Refugiados em Dzaleka, enquanto que cerca de mais de 1,000 residem em áreas urbanas. Os recursos limitados do Governo e as organizações humanitárias trabalhando no país apresentaram alguns desafios para fazer face às necessidades adequadas das populações deslocadas.

IV. IMPLEMENTAÇÃO

41. Como uma continuação da implementação do Plano de trabalho da Comissão e do Programa de Actividades do Sub-Comité do CRP sobre os Refugiados, Retornados e Pessoas Deslocadas Internamente, várias actividades foram realizadas em estreita cooperação com os Parceiros da UA e organizações humanitárias competentes que incluíam:

Visitas aos Estados Membros

42. O Sub-Comité do CRP sobre os Refugiados, Retornados e Pessoas Deslocadas Internamente visitou os restantes países para o seu Programa de

Trabalho de 2008 nomeadamente: Angola, República da África Central, República Democrática do Congo, Ruanda e Uganda. A delegação avaliou os desenvolvimentos nestes países do ponto de vista humanitário visitando os campos de refugiados e as pessoas deslocadas internamente bem como as áreas de regresso. Os refugiados, retornados e as IDPs foram recebidos em audiência e trocaram opiniões com as delegações. Além disso, as delegações tiveram igualmente um encontro com Responsáveis competentes do Governo, Parceiros da UA, Representantes Especiais da UA, e várias organizações humanitárias incluindo as organizações da sociedade civil.

43. No Chade, na República da África Central, na República Democrática do Congo, e no Uganda as questões de segurança eram prioritárias enquanto que a concentração em Angola era sobre a reintegração sustentável. Constatou-se que os Governos necessitavam da assistência e apoio internacionais com vista a lidar com o número elevado de refugiados, retornados e IDPs. As delegações fizeram recomendações que a União Africana analisará para apoiar os esforços dos Governos no tratamento de milhares de vítimas de deslocamentos forçados.

Reuniões

44. Foram realizadas as reuniões seguintes sobre questões relacionadas com a deslocação forçada:

- i. A Conferência dos Peritos e dos Ministros dos Estados Membros da UA sobre Refugiados, Retornados e Pessoas Deslocadas Internamente em África decorreu de 5 a 11 de Novembro de 2008 na Sede da UA em Adis Abeba, Etiópia. As mesmas foram assistidas pelos Ministros Responsáveis pelas questões de deslocamentos forçados, Peritos, Parceiros da UA, Agências da ONU, Comunidades Económicas Regionais, Organizações da Sociedade Civil bem como outras organizações humanitárias competentes. As reuniões foram realizadas no âmbito da preparação da próxima Cimeira Especial da União Africana sobre os Refugiados, Retornados e Pessoas Deslocadas Internamente em África a ter lugar em Abril de 2009, em Kampala, Uganda. Os preparativos incluíam documentos importantes tal como recomendações, o projecto de Declaração, e o projecto da Convenção da UA para a Protecção e Assistência de Pessoas Deslocadas Internamente;
- ii. O Grupo Especial da Cimeira Especial dos Chefes de Estado e de Governo sobre os Refugiados, Retornados e Pessoas Deslocadas Internamente reuniu-se em Agosto de 2008 e continuou com os preparativos para a Cimeira Especial;
- iii. A Quinquagésima -Nona Sessão Ordinária do Comité Executivo do Alto Comissário da ONU para os Refugiados (ACNUR EX-COM)

decorreu em Genebra de 6 a 10 de Outubro de 2008. Como habitualmente, a União Africana foi convidada à reunião onde esteve representada pela Comissão da União Africana. O principal objectivo da Delegação da União Africana na Quinquagésima Nona Sessão da EX-COM era de sensibilizar os participantes da primeira Cimeira Especial da União Africana dos Chefes de Estado e de Governo sobre os Refugiados, Retornados e Pessoas Deslocadas Internamente em África que terá lugar no Uganda em Abril de 2009 e as reuniões dos Peritos e dos Ministros dos Estados Membros responsáveis pela deslocação forçada que teve lugar em Novembro de 2008 em Adis Abeba, Etiópia. Além disso, houve em Evento Paralelo para os altos funcionários dos Estados Membros da UA no sentido de consciencializar e propagar a mensagem aos seus Chefes de Estado e de Governo para participarem na Cimeira Especial da UA e também aos parceiros e outras partes interessadas que podem ajudar financeiramente ao Governo do Uganda. Além disso, o Decano do Grupo Africano em Genebra também sensibilizou sobre a importância da preparação da Reunião dos peritos e dos Ministros de Novembro de 2008 que conduziria a Cimeira Especial;

- iv. As Reuniões foram realizadas com o Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados e o Director do Escritório Regional para África com um destaque para os preparativos da Cimeira Especial de Abril de 2009 através das Reuniões de Peritos e de Ministros em Novembro de 2008 de acordo com o projecto da Convenção da UA para a Protecção e Assistência das IDPs em África que seria considerado pelos Juristas e Ministros para sua adopção em Abril de 2009 no Uganda;
- v. A Comissão da UA participou na Conferência comemorativa dos Dez anos dos Princípios Directivos da ONU sobre a deslocação Interna em Oslo, Noruega de 16-17 Outubro de 2008. A Conferência contou com a participação de mais de 100 delegados de alto nível de organizações internacionais e regionais, as organizações da sociedade civil, as autoridades nacionais bem como os representantes das comunidades deslocadas. O principal objectivo da Conferência era de rever as concretizações alcançadas há muito tempo e os desafios futuros, dez anos após a adopção dos Princípios Directivos da Deslocação forçada pelas Nações Unidas;
- vi. A Comissão realizou uma reunião com as Comunidades Económicas Regionais (CER's) sobre a Livre Circulação em Dezembro de 2008 de acordo com a Decisão do Conselho Executivo, EX.CL/Dec. 354(XI) de Junho de 2007 em Acra, Gana. Os Representantes das CERs opinaram sobre a via a seguir para a realização da livre circulação de pessoas que é crucial para o Continente.

Cooperação com o Parceiros da UA

45. Os parceiros da UA em particular, o ACNUR, a CICV, a OIM, o PAM e a AHA, continuam a cooperar e a colaborar estreitamente com a Comissão especialmente durante as várias reuniões tais como o Grupo Especial da Cimeira Especial dos peritos e a Reunião dos Ministros de Novembro de 2008. A Divisão dos Assuntos Humanitários, Refugiados e Pessoas Deslocadas (HARDP) convocou também as suas reuniões consultivas semestrais com os parceiros em Agosto de 2008, para debater áreas de cooperação conjunta para o período remanescente do ano de 2008.

46. Além disso, o ACNUR consolidou a sua cooperação através do reforço da capacidade da Divisão da HARDP fornecendo apoio adicional aos recursos humanos para dar assistência nos preparativos da Cimeira Especial de Abril de 2009.

V. DESAFIOS E VIA A SEGUIR

47. Considerando que o Continente tem o maior número de vítimas de deslocação forçada, os Estados Membros estão uma vez mais a tomar iniciativas audaciosas para abordar o problema da deslocação forçada. Consequentemente, e de acordo com a decisão do Conselho Executivo EX/CL/Dec.289 (IX), a Cimeira Especial abordará a questão da deslocação forçada no Continente e dará aos Estados Membros a oportunidade de defrontar as causas primárias com vista a eliminar o problema. Espera-se que uma Declaração Solene a ser considerada pelos Chefes de Estado e de Governo fará com que os mesmos tomem medidas concretas para abordar as causas primárias das deslocações forçadas, reforçar a protecção e a assistência para os refugiados e as IDPs e criar condições favoráveis para soluções a longo prazo.

48. Além disso, aprovação e a assinatura da Convenção da União Africana para a Protecção e Assistência às Pessoas Deslocadas Internamente conduzirão a um instrumento jurídico histórico para o bem-estar das IDPs.

2009

Relatório Sobre A Situação Dos Refugiados, Retornados e Pessoas Internamente Deslocadas em África Para a 14ª Sessão Ordinária Do Conselho Executivo: Janeiro de 2009

União Africana

União Africana

<http://archives.au.int/handle/123456789/3868>

Downloaded from African Union Common Repository